

MODELO

NOME DO PROPONENTE

(CNPJ)

DECLARAÇÃO DE ADIMPLÊNCIA

Declaramos junto ao Ministério do Turismo que a _____
(nome do proponente) não se encontra em situação de mora ou de inadimplência junto a
qualquer órgão ou entidade da Administração Pública Federal direta e indireta.

_____, _____ de _____ de _____.

Assinatura

Nome: _____

CPF: _____

MODELO

NOME DO PROPONENTE
(CNPJ)

DECLARAÇÃO DE GRATUIDADE COM EXPLORAÇÃO DE ÁREA RESTRITA

Declaro junto ao Ministério do Turismo que o evento _____ (nome do objeto) a ser realizado pela _____ (nome do proponente), no _____ (local onde será realizado o evento), no período de _____ (data do evento), não haverá cobrança de ingressos. Informamos ainda que, existirá exploração de áreas restritas, _____ (tais como camarotes, espaços de comercialização terceirizados e afins). Estou ciente que somente poderá ocorrer se os valores arrecadados com a cobrança forem revertidos para a consecução do objeto conveniado ou recolhidos à conta do tesouro Nacional, conforme art. 55 §§ 1º e 2º da Portaria MTur 112/12.

_____, ____ de _____ de _____

Assinatura

Nome: _____

CPF: _____

MODELO

NOME DO PROPONENTE

(CNPJ)

DECLARAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS E FISCON

Declaramos para devidos fins de celebração de convênio junto ao Ministério do Turismo que _____(nome do proponente), tem conhecimento e está de acordo com os critérios estabelecidos referentes ao envio dos originais do termo de convênio e da prestação de contas do convênio cujo objeto é a _____(objeto do convênio), conforme artigos 17, 58 e 59 da Portaria MTur 112/12.

“Art.17 – O conveniente deverá enviar os originais do Termo de Convênio, devidamente assinado, ao respectivo setor técnico do Ministério do Turismo, impreterivelmente até dez dias após a inserção do instrumento no SICONV”.

“Art. 58 - O conveniente deverá cadastrar-se no Sistema de Fiscalização de Convênios – FISCON, disponível no site www.fiscon.turismo.gov.br, e enviar via sistema, em até cinco dias úteis após a realização do evento, as fotografias de cada item aprovado no plano de trabalho, sob pena de anulação da nota de empenho e rescisão do convênio”.

“Art. 59 - Na prestação de contas, a comprovação da execução do evento deverá dar-se por meio de fotografia (plano aberto e fechado), jornal pós-evento, vídeo, cd, DVD, entre outros, de cada etapa especificada no plano de trabalho aprovado, evidenciando sua realização e localidade”.

_____, ____ de _____ de _____.

Assinatura

Nome: _____

CPF: _____

MODELO

NOME DO PROPONENTE

(CNPJ)

DECLARAÇÃO DE CAPACIDADE TÉCNICA E GERENCIAL

Declaramos para os devidos fins junto ao Ministério do Turismo que _____(nome do proponente), ora representado por _____(nome do representante), declara dispor em seu quadro de funcionários profissionais devidamente habilitados com capacidade técnica e gerencial para realizar o evento _____(nome do objeto), no período _____(data de realização do evento).

_____, ____ de ____ de ____.

Assinatura

Nome: _____

CPF: _____

MODELO

NOME DO PROPONENTE

(CNPJ)

DECLARAÇÃO DE NÃO VÍCULO COM AS EMPRESAS

_____ (nome do dirigente e CPF) declaro junto ao Ministério do Turismo, sob as penas do art. 299 do Código Penal, e em conformidade com o estabelecido no art. 2º, inciso II, alíneas “a” e “b” e art. 3º, § 2º, incisos II e III, alínea “b”, do Decreto nº 6.170, de 25 de julho de 2007, e posteriores alterações, que as empresas a serem orçadas e contratadas para a realização do _____ (nome do Objeto Proposto), a ser realizado no período _____ (data de realização do evento) não possuem em seu quadro societário, pessoas com vínculo matrimonial, de companheirismo ou de parentesco consanguíneo, em linha reta ou colateral ou por afinidade até o 2º grau; com quaisquer dirigentes do poder público.

_____, ____ de _____ de _____.

Assinatura

Nome: _____

CPF: _____

MODELO

NOME DO PROPONENTE
(CNPJ)

DECLARAÇÃO DE GRATUIDADE SEM EXPLORAÇÃO DE ÁREA RESTRITA

Declaro junto ao Ministério do Turismo que o evento _____ (nome do objeto) a ser realizado pela _____ (nome do proponente), no _____ (local onde será realizado o evento), no período de _____ (data do evento), não haverá cobrança de ingressos e não existirá exploração de áreas restritas (tais como camarotes, espaços de comercialização terceirizados e afins). Estou ciente que somente poderá ocorrer se os valores arrecadados com a cobrança forem revertidos para a consecução do objeto conveniado ou recolhidos à conta do tesouro Nacional, conforme art. 55 §§ 1º e 2º da Portaria MTur 112/12.

_____, ____ de _____ de _____

Assinatura

Nome: _____

CPF: _____

MODELO

NOME DO PROPONENTE

(CNPJ)

DECLARAÇÃO DE CONTRAPARTIDA

Declaro, que dispomos de recursos financeiros, no valor de R\$ _____ (valor da contrapartida) para participação na contrapartida ao repasse de recursos destinados a Eventos de Fortalecimento ao Desenvolvimento Turístico – _____ (nome do objeto) junto ao Ministério do Turismo.

_____, ____ de _____ de _____

Assinatura

Nome: _____

CPF: _____

MODELO

ÓRGÃO OFICIAL DE TURISMO DO ESTADO

(CNPJ)

DECLARAÇÃO DE EVENTO TRADICIONAL E NOTÓRIO CONHECIMENTO POPULAR

_____ (Nome do representante do órgão oficial de turismo do estado, CPF) declaro junto ao Ministério do Turismo que o evento _____ (nome do objeto), que será realizado no período _____ (data de realização do evento), é de caráter tradicional e de notório conhecimento popular com abrangência _____ (municipal, estadual, regional ou macrorregional). Está em sua _____ (edição do evento) e vem sendo realizado pela _____ (nome do proponente que realizou o evento nas últimas três edições).

_____, ____ de _____ de _____.

Assinatura

Nome: _____

CPF: _____

M O D E L O

NOME DO PROPONENTE

DADOS DO RESPONSÁVEL PELA PROPOSTA

Nome da pessoa responsável pelo ajuste da proposta:

Telefone fixo:

Telefone celular:

Email:

Local de Trabalho:

M O D E L O

NOME DO PROPONENTE (CNPJ)

DECLARAÇÃO DE EXISTÊNCIA DE PATROCINADORES

Declaro junto ao Ministério do Turismo que o evento _____ (nome do objeto) a ser realizado pela _____ (nome do proponente), no _____ (local onde será realizado o evento), no período de _____ (data do evento), haverá a existência de demais entidades patrocinadoras ao evento, públicas ou privadas (informar nominalmente). Informamos ainda que, o montante a ser arrecadado será de R\$ _____ para custeio das despesas de _____.

Estou ciente que a verificação, quando da realização de monitoramento *in loco* e da análise das prestações de contas, da veracidade das informações aqui mencionadas.

_____, _____ de _____ de _____

Assinatura

Nome: _____

CPF: _____

(carimbo)

MODELO

NOME DO PROPONENTE (CNPJ)

DECLARAÇÃO DE NÃO EXISTÊNCIA DE PATROCINADORES

Declaro junto ao Ministério do Turismo que o evento _____ (nome do objeto) a ser realizado pela _____ (nome do proponente), no _____ (local onde será realizado o evento), no período de _____ (data do evento), não haverá a existência de demais entidades patrocinadoras ao evento, públicas ou privadas. Estou ciente que, a verificação, quando da realização de monitoramento *in loco* e da análise das prestações de contas, da veracidade das informações aqui mencionadas.

_____, _____ de _____ de _____

Assinatura

Nome: _____

CPF: _____

(carimbo)

M O D E L O

NOME DO PROPONENTE (CNPJ)

DECLARAÇÃO DE OBSERVÂNCIA DOS LIMITES DA LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL

Declaro, para fins de atendimento ao art. 23, §1º, IV, "c", da Lei Complementar nº 101/2000 (LRF), e o art. 38 inciso XI, da Portaria Interministerial MP/MF/CGU nº 507/2011, que o Relatório de Gestão Fiscal relativo ao _____ (primeiro/segundo/terceiro) quadrimestre (ou semestre) do ano de _____ evidencia o cumprimento pelos Poderes e órgãos elencados no art. 20 da Lei Complementar nº 101/2000 (LRF) dos seguintes limites previstos na Lei de responsabilidade Fiscal:

- a) Limite de despesa total com pessoal;
- b) Limites das dívidas consolidada e mobiliária;
- c) Limite de operações de crédito, inclusive por antecipação de receita; e
- d) Limite de inscrição em Restos a Pagar*.

Segue, em anexo, o comprovante da remessa da presente declaração para o Tribunal de Contas _____ (deste Município quando houver; do Estado de; ou do Estado).

LOCAL E DATA

Secretário de finanças, ou Secretário responsável pela divulgação contábeis e fiscais.

* Aplicável apenas aos convênios celebrados no último ano do mandato do Chefe do Poder Executivo

* No caso de convênios celebrados no último quadrimestre (para Estados e Municípios com mais de 500.000 habitantes)/semestre(para municípios de 50.000 habitantes) de ano que não seja o último de mandato do Chefe do Poder Executivo deverá ser inserido parágrafo com a seguinte redação: "Declaro, ainda, que a escrituração das inscrições em Restos a Pagar obedeceu ao disposto do art. 50, V, da Lei complementar nº 101/2000 e que foi devidamente evidenciado no Relatório de Gestão Fiscal o disposto no art. 55, III, "b", do mesmo diploma legal"

M O D E L O

NOME DO PROPONENTE (CNPJ)

DECLARAÇÃO DE OBSERVÂNCIA DOS LIMITES DE DESPESAS COMPROMETIDAS COM PARCERIAS PÚBLICO- PRIVADAS

Declaro a regularidade do Município/Estado de quanto à observância dos limites de despesas de caráter continuado derivadas do conjunto das parcerias público-previstos no art. 28 da lei nº 11.079, de 30 de dezembro de 2004, em atendimento ao disposto no art. 38, inciso XV, da Portaria Interministerial MP/MF/CGU nº 507/2011.

Segue, em anexo, o comprovante de remessa da presente declaração para o Tribunal de Contas(deste Município, quando houver; do Estado de; ou deste Estado).

LOCAL E DATA.

Chefe do Poder Executivo ou Secretário de Finanças do Município/Estado

M O D E L O

NOME DO PROPONENTE (CNPJ)

DECLARAÇÃO DE REGULARIDADE DO QUANTO AO PAGAMENTO DE PRECATÓRIOS JUDICIAIS

Declaro a regularidade do Município/Estado de quanto ao pagamento de precatórios judiciais, em atendimento ao que dispõem o art. 97 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e o art. 38, inciso XVI, da Portaria Interministerial MP/MF/CGU nº 507/2011.

Segue, em anexo, o comprovante de remessa da presente declaração para o Tribunal de Justiça do Estado de

LOCAL E DATA.

Chefe do Poder Executivo ou Secretário de Finanças do Município/Estado

M O D E L O

NOME DO PROPONENTE (CNPJ) DECLARAÇÃO DE OBSERVÂNCIA DA EXIGÊNCIA DE TRANSPARÊNCIA NA GESTÃO FISCAL

Atesto o cumprimento, pelo Município/Estado de....., da exigência de divulgação da execução orçamentária e financeira por meio eletrônico de acesso ao público, qual seja:.....(**inserir endereço eletrônico**), e de informações pormenorizadas relativas à receita e à despesa, em atendimento aos arts. 48,II, e 48-A da Lei Complementar nº 101/200 (LRF), e ao art. 38, inciso XVII, da Portaria Interministerial MP/MF/CGU nº 507/2011.

Segue, em anexo, o comprovante de remessa da presente declaração para o Tribunal de Contas(**deste Município, quando houver; do Estado de; ou deste Estado**).

LOCAL E DATA.

Chefe do Poder Executivo ou Secretário de Finanças do Município/Estado

M O D E L O

NOME DO PROPONENTE (CNPJ)

DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE VEDAÇÃO AO RECEBIMENTO DE TRANSFERÊNCIAS VOLUNTÁRIAS

Declaro, em atendimento ao art. 38, inciso XVIII, da Portaria Interministerial MP/MF/CGU nº 507/2011, que o Município/Estado de não realizou operação de crédito enquadrada no § 1º do art. 33 da Lei Complementar nº 101/200 (LRF).

Segue, em anexo, o comprovante de remessa da presente declaração para o Tribunal de Contas(deste Município, quando houver; do Estado de; ou deste Estado).

LOCAL E DATA.

Chefe do Poder Executivo ou Secretário de Finanças do Município/Estado